

THAÍS VIRMOND CAVALCANTE DE OLIVEIRA

**OS INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90**

Monografia apresentada para obtenção
ao grau de **Bacharel** em Ciências
Econômicas, do Setor de Ciências
 Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Marcelo Luiz Curado

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

THAÍS VIRMOND CAVALCANTE DE OLIVEIRA

OS INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90

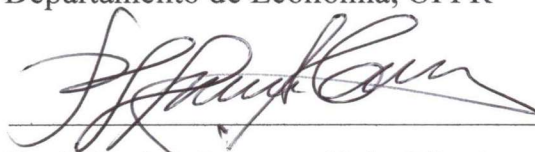
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da universidade Federal do Paraná.



Prof. Marcelo Luiz Curado

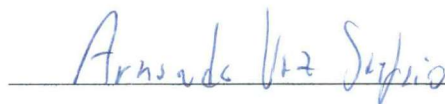
Orientador:

Departamento de Economia, UFPR



Prof. Patrícia Rosentaski de Oliveira

Departamento de Economia, UFPR



Prof. Armando Vaz Sampaio

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 01 de dezembro de 2005.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento e sucesso deste trabalho só foram possíveis graças a pessoas de extrema relevância em minha vida acadêmica.

À **Deus** pela inspiração e por me iluminar nos momentos mais difíceis.

À **Rodrigo Mossanek** pelo companherismo, paciência, incentivo, conforto e por ler e revisar este trabalho inúmeras vezes.

À **Semi Cavalcante de Oliveira**, meu tio, responsável pelo incentivo e colaboração financeira aos meus estudos e a todos meus familiares que torceram por mim.

À minha mãe **Rosilina Oliveira Virmond** pelos princípios e valores com os quais eu fui criada.

Às amigas **Ana Carolina Baggio**, **Lígia Domingos Spodaryk** e **Tatiane Wyatt M. Sobrinho** por entenderem minha ausência.

Às amigas **Raquel Eliamara Mendes**, **Samara Cecília Rohleder** e **Simone Tomasiak** pelo companheirismo nas aulas, nos estágios, os “xerox” e empréstimos de livros na biblioteca e a todos os que de alguma forma estiveram presentes nesses anos de curso.

Ao meu orientador, Professor Doutor **Marcelo Luiz Curado**, por compartilhar seus conhecimentos e orientar meu trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS (IDE)	3
2.1 CONCEITOS.....	3
2.2 FUNÇÕES.....	5
2.3 OS IDE NO BRASIL DETERMINANTES.....	8
3 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO.....	20
3.1 TEORIA DO EMPREENDIMENTO MULTINACIONAL.....	20
3.2 TEORIA DO PODER DE MERCADO DE HYMER.....	21
3.3 TEORIA DA INTERNALIZAÇÃO DE COASE.....	22
3.4 PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING.....	22
3.4.1 Vantagens Específicas de Propriedade	23
3.4.2 Vantagens de Localização	24
4 O PAPEL DOS IDE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90	25
4.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ NOS ANOS 60-80	25
4.2 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90	29
4.3 VANTAGENS DE LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO O PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING.....	33
4.4 MUDANÇAS ADVINDAS DOS IDE'S NO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90	34
4.4.1 O aumento do Estoque de IDE	34
4.4.2 Aumento do PIB – Produto Interno Bruto	37
4.4.3 Valor Adicionado da Indústria	38

CONCLUSÃO..... 45

REFERÊNCIAS..... 47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1	–	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1960-2004.....	7
TABELA 2	–	DISTRIBUIÇÃO DO FLUXO DE INVESTIMENTOS POR RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL 1995.....	9
TABELA 3	–	INGRESSOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL.....	10
TABELA 4	–	FLUXO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL DISTRIBUÍDOS POR PAÍS DE ORIGEM 1995 - 2000.....	12
TABELA 5	–	AS MAIORES EMPRESAS QUE INVESTEM NO BRASIL, 1996.....	14
QUADRO 1	–	AVALIAÇÃO DE UM PAÍS PARA O INVESTIDOR ESTRANGEIRO.....	16
TABELA 6	–	DADOS GERAIS DAS MONTADORAS EM INSTALAÇÃO NO PARANÁ.....	32
TABELA 7	–	ESTOQUE DE IDE DISTRIBUÍDOS POR ESTADOS NO ANO DE 1995.....	35
TABELA 8	–	ESTOQUE DE IDE DISTRIBUÍDOS POR ESTADOS NO ANO 2000.....	36
TABELA 9	–	PIB DO ESTADO DO PARANÁ DE 1994-1999.....	37
TABELA 10	–	PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ESTADUAL SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS ESPECIALIZADOS DO PARANÁ - 1990-2000.....	38
GRÁFICO 1	–	ÍNDICES DE VOLUME DO VALOR ADICIONADO (VA) E DE VENDAS DA INDÚSTRIA – PARANÁ- 1985 – 2001.....	41
QUADRO 2	–	ESTADOS COM OS MAIORES NÍVEIS DE ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS EM 1996, 1997 E 1998.....	42
TABELA 11	–	INTENÇÕES DE INVESTIMENTO, SEGUNDO ESTADOS, ANUNCIADAS EM 1996-1999.....	44

LISTA DE SIGLAS

BADEP	–	Banco de Desenvolvimento do Paraná
CEFET	–	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIC	–	Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR	–	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COHAB	–	Companhia de Habitação do Paraná
COPEL	–	Companhia de Energia Elétrica do Paraná
FDE	–	Fundo de Desenvolvimento
FIPE	–	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IDE	–	Investimento Direto Externo
LACTEC	–	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PIB	–	Produto Interno Bruto
SANEPAR	–	Companhia de Saneamento do Paraná
TECPAR	–	Instituto de Tecnologia do Paraná
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar, à luz das teorias, a importância dos Investimentos Diretos Externos no processo de industrialização do Estado do Paraná na década de 90. A maior parte dos países em desenvolvimento busca nos IDE's um maior crescimento, tendo em vista os benefícios que os mesmos trazem. Para isso entram em verdadeiras guerras a fim de dar incentivos aos investidores. Devido ao grande crescimento dos fluxos de IDE no Brasil, o trabalho mostra os conceitos, determinantes e principalmente analisa os benefícios advindos para o Estado do Paraná com a construção do pólo automobilístico, principal fonte de IDE no Estado. Na década de 90, três fatores mostram que os IDE's foram fundamentais no desenvolvimento do Estado, sendo eles o estoque de IDE, valor adicionado da indústria e o PIB do Estado. Essas três variáveis tiveram seus valores aumentados na década de 90 sugerindo a importância dos IDE na retomada da industrialização ocorrida no Estado na década de 90.

1 INTRODUÇÃO

O crescente fluxo de Investimentos Diretos Externos (IDE's), principalmente na década de 90 é característica marcante nos países em desenvolvimento atualmente. Grande parte da produção nacional e exportação desses países é representada por empresas multinacionais de origem estrangeira que se instalam nos países a fim de obter vantagens locacionais e maiores lucros em sua produção.

O Brasil não é diferente. Segundo dados do Banco Central a participação das empresas estrangeiras¹ no país aumentou de 6.322 empresas no ano de 1995, para 11.404 empresas no ano de 2000. Essa variação se deve principalmente à abertura comercial, à estabilidade demonstrada pelo Plano Real e aos incentivos dados às empresas que instalam suas plantas no país.

A atração de Investimentos Diretos Externos (IDE's) tem sido uma das principais características da globalização mundial, sendo o afluxo de capitais estrangeiros uma das formas encontradas pelos países, principalmente os de economias emergentes, para estabilizar suas economias e subsidiar o crescimento das mesmas. Os países oferecem vantagens às grandes multinacionais para que estas se instalem em seus territórios.

O processo de industrialização do Paraná não é diferente do cenário nacional. Ele se iniciou com a implantação de projetos de infra-estrutura na década de 70 e veio atraindo, através de incentivos fiscais, os Investimentos Diretos Externos, como pode ser visto na formação da CIC na década de 70 e do pólo automobilístico paranaense.

No primeiro capítulo veremos uma breve reunião de conceitos de IDE's de diversos autores. Dentre esses, merece destaque o conceito de capital estrangeiro

¹ Segundo SANDRONI (2002, pág. 204), empresas estrangeiras “são aquelas sociedades que não possuem a sede de sua administração (a matriz) no Brasil. Dependem de autorização do governo federal para que suas filiais, sucursais, subsidiárias ou agências operem no Brasil.”

investido em multinacionais ou empresas transnacionais, o qual será usado durante todo o trabalho. Além disso iremos mostrar suas funções, determinantes e seu histórico no Brasil. Todo este capítulo tem como objetivo introduzir o leitor no mundo dos IDE's para a discussão apresentada no capítulo 3.

No segundo capítulo temos uma breve revisão literária que nos mostra as teorias que explicam a determinação dos IDE's nos países. Neste capítulo damos destaque pra seção que apresenta o Paradigma Eclético de Dunning que é o método mais completo que explica questões relevantes de determinação dos IDE's.

O terceiro capítulo abrange a discussão e o cruzamento dos dados dos capítulos anteriores. Vamos ver o papel dos IDE's no processo de industrialização do Paraná na década de 90. Vamos analisar as mudanças que ocorreram no Estado a partir da vinda dos IDE's. Sendo assim, a principal hipótese⁴ do trabalho é mostrar que os IDE's foram realmente importantes para reestruturação produtiva do Estado do Paraná alavancando seu desenvolvimento na década de 90.

2 INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS (IDE'S)

2.1 CONCEITOS

A partir da década de 80 o termo IDE se tornou mais utilizado mesmo sabendo que os Investimentos Diretos Externos já faziam parte do cotidiano mundial há muitos anos. Um ponto interessante é que, além de se apresentarem em países subdesenvolvidos, os altos índices de IDE estão presentes também em muitos países desenvolvidos.

Segundo KRUGMAN e OBSTIFELD (2001, pág. 175): “Por investimento estrangeiro direto entendemos os fluxos internacionais de capital pelos quais uma empresa e um país cria ou expande uma filial em outro”. Esses investimentos estão cada vez mais claros na economia do Brasil, pois uma grande parte das principais indústrias do país são multinacionais estrangeiras. As principais indústrias instaladas há anos no Brasil são exemplo claro da existência dos IDE's e da importância dos mesmos na economia.

Outra definição para esses investimentos diretos encontra-se em SALVATORE (2000) na qual fica mais claro a presença dos IDE's devido as multinacionais existentes na economia brasileira:

Os investimentos diretos, por outro lado, são investimentos reais em fábricas, bens de capital e estoques que envolvem capital e gerenciamento e nos quais o investidor detém controle sobre a utilização do capital investido. O investimento direto geralmente se faz sob a forma de uma empresa que cria uma subsidiária ou que passa a controlar uma outra (por exemplo, ao comprar a maior parte das ações). No contexto internacional, os investimentos diretos são geralmente realizados pelas corporações multinacionais que atuam nas áreas de fabricação, extração de recursos ou serviços. Os investimentos diretos representam atualmente o principal canal para os fluxos internacionais do capital privado.

A definição de IDE apresentada pelo FMI, citada por Chesnais, mostra que o IDE é um investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa que

tem a sua exploração em outro país em que não o seu de origem, mas que o mantém na administração da empresa.

Para o MINISTÉRIO DA FAZENDA, a definição de IDE é apresentada da seguinte forma:

Os investimentos estrangeiros podem ser efetuados sob a forma de investimentos diretos ou de investimentos em carteira. O investimento direto é constituído quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito a voto numa empresa; e considera-se como investimento em carteira quando ele for inferior a 10%. O investimento direto está dividido em duas modalidades: participação no capital e empréstimos intercompanhias.

Os empréstimos intercompanhias são os mais comuns, pois são os capitais cedidos pelas matrizes às suas filiais para que estas se estabeleçam nos países alvo do investimento e mantenham-se nele por muito tempo a fim de beneficiarem a empresa em diversos aspectos. Sem contar que são mais seguros por serem investimentos de longo prazo, sem data definida para término.

Dentre os tipos de investimentos estrangeiros estão os diretos, os indiretos e os de carteira. Os investimentos em carteira representam aquisição de ações em empresas, mas não o controle total delas. Já os investimentos diretos são aplicações na criação de novas empresas multinacionais e também fusões e aquisições, desde que os investidores possuam a gestão da empresa. Por investimento indireto entende-se a aplicação em empréstimos e financiamentos em longo prazo.

Segundo SANDRONI (2002, pág. 309), Investimento Estrangeiro corresponde a “Aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países”.

Tendo em vista ser o mais comum dos investimentos estrangeiros apresentados, o IDE será alvo desse trabalho, na medida que se apresenta na economia paranaense.

2.2 FUNÇÕES

As funções dos IDE's aparecem atreladas a empréstimos destinados a financiamentos de empresas privadas, tendo como principal objetivo o mercado interno, e apresentando significativa importância na diversificação de setores os quais está inserido. O crescimento econômico é visto hoje como o principal objetivo dos governos e os IDE's apresentam essa função indutiva do crescimento como pode ser visto em LAPLANE E SARTI (1999):

o fluxo de IDE desempenha funções primordiais tanto de ordem imediata quanto de mais longo prazo. No curto prazo, o fluxo de investimento estrangeiro – direto e em portfólio – tem possibilitado, juntamente com a maior entrada de financiamentos e empréstimos de médio e longo prazos, financiar com a relativa facilidade os elevados déficits comerciais e em transações correntes. Mas a função principal atribuída a esse novo fluxo de investimento seria substituir o consumo como mecanismo de indução e sustentação do crescimento econômico, conformando, portanto, um novo padrão de desenvolvimento econômico mais estável e duradouro.

Com esse objetivo os governos buscam atrair cada vez mais investimentos estrangeiros a fim de gerar empregos e renda desenvolvendo o país. Segundo RODRIGUES (2002) nos anos 90 ampliou-se a “importância dos governos estaduais na criação de um ambiente favorável ao aumento do investimento privado”.

Com a evolução dos Investimentos Estrangeiros, o Brasil tem sido vitorioso na atração desses, atrelando o sustento da sua economia às muitas empresas multinacionais instaladas aqui há décadas.

Desde o início do processo de substituição de importações, o país se rendeu aos benefícios do capital estrangeiro. Porém é nos anos 90 que o assunto toma proporções de relevância. Segundo LACERDA (2004), um censo realizado pelo Banco Central no ano de 1995 apontou que o estoque de investimentos estrangeiros na economia brasileira atingiu o montante de US\$ 43 bilhões. O censo entrevistou 6.322 empresas estrangeiras, sendo 4.902 com participação majoritariamente estrangeira.

Segundo relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU 1998) o Brasil é o campeão em recepção de investimentos estrangeiros. O fluxo de IDE ao Brasil

aumentou de US\$ 1,3 bilhões em 1993 para US\$ 16,3 bilhões em 1997. Isto foi resultado da estabilização macro econômica (especialmente com o sucesso do Plano Real), da atratividade de um grande mercado, da abertura econômica, e do programa de privatização.

Para SANDRONI (2002) o investimento estrangeiro tem a função de, no país receptor, “estimular o crescimento econômico quando o nível de poupança interna for insuficiente para atender às necessidades potenciais de investimentos”. Isso pode ser confirmado por LAPLANE E SARTI (1999, pág. 198), o qual diz que o capital estrangeiro tem como função “financiar o crescimento e os desequilíbrios externos, participar ativamente da reestruturação industrial, fornecendo recursos tecnológicos para a modernização organizacional e produtiva, e garante acesso a canais no comércio internacional.”

A partir da dessa definição é possível verificar a relevância dos IDE's no crescimento e desenvolvimento de um país. A importância das empresas transnacionais ou multinacionais vem crescendo consideravelmente como é o caso do Brasil. Em muitos países elas são responsáveis por boa parte das exportações desses países agregando valor aos produtos nacionais, transmitindo tecnologia e conhecimentos. (LACERDA 2004)

A tabela 1 mostra o crescente quadro das exportações brasileiras. Essa evolução estaria atrelada também a crescente importância das empresas multinacionais instaladas no país.

TABELA 1 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1960-2004

PERÍODO	EXPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)	PERÍODO	EXPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)
1960	1.268,77	1983	21.899,31
1962	1.402,97	1984	27.005,34
1963	1.214,19	1985	25.639,01
1964	1.406,48	1986	22.348,60
1965	1.429,79	1987	26.223,93
1966	1.741,44	1988	33.789,37
1967	1.654,04	1989	34.382,62
1968	1.881,34	1990	31.413,76
1969	2.311,17	1991	31.620,44
1970	2.738,92	1992	35.792,99
1971	2.903,86	1993	38.554,77
1972	3.991,22	1994	43.545,16
1973	6.199,20	1995	46.506,28
1974	7.951,00	1996	47.746,73
1975	8.669,94	1997	52.994,34
1976	10.128,30	1998	51.139,86
1977	12.120,18	1999	48.011,45
1978	12.658,94	2000	55.085,60
1979	15.244,38	2001	58.222,64
1980	20.132,40	2002	60.361,79
1981	23.293,04	2003	73.084,14
1982	20.175,07	2004	96.475,22

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do IPEADATA.

Na tabela é possível verificar as lentas exportações na década de 60, consequência da relutância do país em aprovar o processo de substituição de importações. Após a crise, vem o milagre econômico, com crescimento abundante do produto brasileiro. A partir da década de 70 com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) as exportações saltam mais uma vez e é só na década de 80 com a crise que vamos perceber uma variação menor nos números das exportações. A década de 90, caracterizada pela abertura comercial e globalização, mostra números bem mais animadores e isso é simultâneo ao aumento dos IDE's.

Os estímulos à exportação vêm através dos IDE's quando os mesmos

agregam valor ao produto devido à tecnologia disponibilizada para a produção deles.

Segundo APPY (1987, pág. 59):

Devemos reconhecer que o capital estrangeiro considera o Brasil uma plataforma importante para a realização de exportações destinadas a outros países: possui um mercado nacional que permite obter economias de escala e toma possível a venda de produtos para o exterior, graças aos estímulos à exportação.

Essa contribuição dos IDE's para o desenvolvimento tecnológico é relevante pois instiga as empresas nacionais a buscarem inovações a fim de se equipararem às estrangeiras. Segundo NEGRI (2004, pá. 24) :

Entre os principais benefícios prováveis decorrentes da atuação das empresas multinacionais em países menos desenvolvidos encontram-se a possibilidade de transpor barreira de acesso a recursos externos e o fato de que o IDE fornece um pacote produtivo tecnologicamente superior aos das firmas domésticas: habilidades gerenciais, acesso a mercado e novas tecnologias, etc.

2.3 OS IDE'S NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES

No Brasil os IDE's fazem parte da economia do país e sustentam-na devido a grande e marcante presença de empresas multinacionais. Para APPY (1987, pág. 48) os investimentos estrangeiros estão absolutamente atrelados ao processo de industrialização do país como se pode verificar:

A tarefa de acompanhar a evolução dos investimentos estrangeiros no Brasil equivale, na realidade, a efetuar uma análise da própria evolução da industrialização do país. Com efeito, o capital estrangeiro foi o grande motor desse processo de industrialização, na medida em que provocou um efeito multiplicador.

A tabela abaixo mostra os Investimentos Estrangeiros no Brasil no ano de 1995 separados por atividade.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DO FLUXO DE INVESTIMENTOS POR RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL 1995

RAMOS DE ATIVIDADE	FLUXO DE INVESTIMENTO (EM DÓLARES)
Setor Primário	1.535.518
Ind. de Transformação	30.913.090
Transformação de Minerais Não Metálicos	685.844
Metalurgia	3.244.803
Mecânica	3.311.006
Material Elétrico, Eletrônico e Comunicação	3.692.728
Material de Transporte	5.940.668
Madeira	329.211
Celulose, Papel e Papelão	809.283
Borracha	980.068
Química	5.572.539
Produtos Medicinais, Farmac. e Veterinários	1.934.807
Têxtil	687.708
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	287.635
Produtos Alimentícios Diversos	2.093.787
Bebidas	255.218
Fumo	259.139
Editorial e Gráfica	88.882
Outras Indústrias	739.754
Serviços Utilidade Pública	71.248
Outros Serviços	24.689.490
Outras Atividades	873.675
TOTAL	58.082.825

FONTE: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central.

Na tabela 2 pode-se ver as entradas de investimento estrangeiro no Brasil no ano de 1995 distribuídos por ramo de atividade. Como setor primário foram incorporados: a agricultura, a pecuária, pesca e o extrativismo que têm pouca representatividade no fluxo. O setor da indústria é o de maior importância no fluxo de investimentos no país, sendo responsável pela entrada de aproximadamente US\$ 30

bilhões de dólares todos os anos. E como se pode observar, há uma gama variada de indústrias que recebem esses investimentos.

Segundo LAPLANE E SARTI (pág. 198) esse “crescente fluxo de IDE no Brasil é causa da internacionalização produtiva do país.” Durante os anos 90 o país passou por esse processo de internacionalização aumentando significativamente as entradas de capital estrangeiro. A evolução pode ser confirmada na tabela abaixo:

TABELA 3 – INGRESSOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

PERÍODO	CONTA FINANCEIRA - INVESTIMENTOS
	DIRETOS - ESTRANG. NO PAÍS – INGRESSOS (US\$ MILHÕES)
1995	6.369,7780
1996	12.033,6650
1997	22.081,0804
1998	34.982,1610
1999	36.254,4970
2000	40.290,4870
2001	30.016,8316
2002	26.459,9781
2003	19.237,8870
2004	25.758,0342

FONTE: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central.

De acordo com LAPLANE E SARTI (2002) a evolução dos IDE's é em parte atribuída ao processo de reestruturação produtiva implementado pelas empresas transnacionais que consiste em uma redução da proteção ao mercado doméstico e uma retração da demanda interna. Segundo os autores, os investimentos no início dos anos 90 se caracterizam pela racionalização da produção, em que podem ser incluídas as terceirizações da produção e redução da linha de produtos, ao invés da expansão da capacidade instalada.

Há ainda, nessa época, um crescente processo de fusões e aquisições. Mais de 600 aconteceram entre janeiro de 1992 e janeiro de 1997. Nessas operações, 61% dos compradores eram firmas estrangeiras (a maioria da América do Norte) e 59% das

transações envolveram firmas no setor de manufatura. As indústrias mais focadas foram as de alimentos e bebidas (14%), metalurgia (13%), maquinaria elétrica (12%) e farmacêutica (8%). Dentro do setor de serviços, que contribuiu com um terço das fusões neste período, finanças e seguros, telecomunicações e serviços de informação foram os principais campos. Esta onda de fusões e aquisições é resultado parcial do fato de que as indústrias nacionais (particularmente papel, componentes automobilísticos e aço) têm tido capital ultrapassado e acesso limitado a serviços internacionais de financiamento e, portanto, estavam despreparadas para competir mundialmente. Assim, muitas dessas firmas foram vendidas ou formaram alianças com empresas multinacionais, buscando maneiras financeiramente eficientes de acessar o mercado local. (ONU apud FIPE, 1998).

“No caso do Brasil, o IDE foi elevado nos anos 1990, mas diminuiu depois da crise de 1999. Concentrou-se nos serviços (finanças e telecomunicações) e esteve fortemente vinculado à aquisição de empresas públicas e privadas.”, cita ACIOLY.

Segundo RODRIGUES (2000):

O programa de privatização das telecomunicações no Brasil, conforme previsto pelo Ministério das Comunicações desde o seu início, foi capaz de atrair investimentos privados estrangeiros e nacionais de grande magnitude. A entrada de investimento estrangeiro direto recorde no Brasil é, em grande medida, devida à privatização das telecomunicações.

A tabela abaixo mostra claramente os fluxos de IDE, em que se pode observar os países que mais investem no Brasil.

TABELA 4 – FLUXO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL DISTRIBUÍDOS POR PAÍS DE ORIGEM 1995 – 2000 – EM US\$

PAÍSES	ESTOQUE 1995	FLUXO 1996	FLUXO 1997	FLUXO 1998	FLUXO 1999	FLUXO 2000
Alemanha	5.828,04	212,02	195,93	412,79	480,83	374,56
Argentina	393,58	30,06	186,89	113,32	87,79	112,71
Bélgica	558,23	111,48	135,61	950,41	62,15	384,49
Bermudas	853,07	33,83	241,08	53,57	242,57	315,35
Canadá	1.818,98	118,51	66,20	278,63	445,37	192,82
Coréia do Sul	3,81	63,33	91,34	54,00	47,07	25,00
Espanha	251,01	586,63	545,79	5.120,23	5.702,20	9.592,86
Estados Unidos	10.852,18	1.975,38	4.382,33	4.692,47	8.087,61	5.398,71
França	2.031,46	969,94	1.235,25	1.805,39	1.982,13	1.909,71
Ilhas Bahamas	509,69	74,30	300,06	143,84	148,60	180,69
Ilhas Cayman	891,68	655,68	3.382,88	1.807,14	2.114,54	2.034,50
Ilhas Virgens	901,22	361,40	162,44	157,07	199,29	231,34
Itália	1.258,56	12,30	57,40	646,60	408,51	488,02
Japão	2.658,52	192,19	342,11	277,77	274,27	384,74
Luxemburgo	408,05	290,72	57,73	114,54	289,66	1.027,20
Países Baixos	1.545,80	526,77	1.487,87	3.364,99	2.042,47	2.228,04
Panamá	677,41	674,82	904,04	152,73	89,74	21,38
Portugal	106,61	202,68	681,01	1.755,12	2.409,40	2.514,80
Reino Unido	1.862,61	91,46	182,52	127,90	1.268,83	393,74
Suécia	567,16	126,00	268,64	239,22	315,29	628,60
Suiça	2.815,30	108,78	81,17	217,05	404,54	306,84
Uruguai	874,15	81,19	56,14	80,60	40,97	199,50
Demais	4.028,53	166,01	266,52	705,40	428,03	930,77
TOTAL	41.695,62	7.665,49	15.310,95	23.270,77	27.571,89	29.876,37

FONTE: Elaboração própria com base em dados do Banco Central.

No início dos anos 70 os IDE's destinavam-se a “atividades intensivas em recursos naturais (metalurgia,celulose, etc.)”. Já no fim da década e caracterizando a década de 80 viriam os investimentos “localizados na indústria automobilística (produção local de carros mundiais das montadoras ou transferência para filiais brasileiras da produção de ônibus e caminhões)” (LAPLANE E SARTI, 1999 pág.227).

Um dos fatores atrelados ao sucesso da atração de investimentos no Brasil até o fim dos anos 80 foi o sistema de regulação do investimento estrangeiro. O ingresso de investimentos estrangeiros foi “tradicionalmente livre” permitindo que o mesmo fosse aplicado numa variada gama de setores. (LAPLANE E SARTI, 1999)

A restrição era apenas aos setores de serviços e extrativismo, e com essa lei, era possível distinguir o tratamento dado às empresas nacionais do tratamento dado às empresas estrangeiras. A partir dos anos 90 ocorre uma mudança, e o setor de serviços e as privatizações são os que mais contribuíram para o fluxo dos IDE's no Brasil. Como se pode ver em FAZENDA:

Desde 1996, verifica-se uma crescente predominância do investimento estrangeiro direto sobre as demais categorias de inversões estrangeiras no Brasil. Isso se deveu à estabilização econômica (após o Plano Real) e às reformas estruturais associadas à privatização, que foram amparadas por diversos instrumentos legais, como a Emenda Constitucional nº 08, de 15/08/95, que eliminou o monopólio estatal sobre os serviços de telecomunicações; a Lei 9.472, de 16/07/97, que regulamentou as concessões desses serviços; e, a Lei 9.491, de 09/09/97, que suprimiu os limites de participação do capital estrangeiro em empresas privatizadas.

As mudanças no sistema de regulação da entrada de capital estrangeiro no país “visam fortalecer a capacidade de atração de investimentos por meio da eliminação das restrições à atuação das empresas estrangeiras na economia” (LAPLANE E SARTI, 1999, pág. 228)

Para RODRIGUES (2002) mesmo com a crise asiática e russa nos anos 90, o Brasil conseguiu atrair investimentos externos:

De 1996 a 1998 a economia brasileira, com todos os seus percalços, pôde sinalizar que estava se preparando para um período de crescimento sustentável, na medida em que se passou de uma fase de anúncios de investimentos no setor de bens de consumo (1996) para um período de anúncios de investimentos em produtos básicos e em infra-estrutura (1997-1998). Esses anos foram extremamente ricos em anúncios de investimentos, especialmente 1997, preparando um cenário promissor para os próximos anos.

A confiança conquistada pelo país superou as crises internacionais permitindo os investimentos na década de 90. Todos apostavam na recuperação do crescimento econômico do país.

A economia brasileira era caracterizada pelo projeto de substituição de importações e a evolução das mesmas foi vista na seção anterior. Isso vem a caracterizar também os determinantes do investimento. Segundo LACERDA (2004) o aumento da participação relativa do Brasil no fluxo de IDE demonstrou o potencial

econômico do país por “influência da estabilização, da privatização e da desregulamentação”.

O mercado interno é também outro fator de atração a ser considerado, principalmente após a estabilização do Plano Real onde a população teoricamente melhorou seu poder aquisitivo, aumentando assim o fator consumo. Dessa forma, o crescimento do mercado interno, reforçado pelo Mercosul, contribuiu para a decisão de investimento e reinvestimento de grandes indústrias no país.

A tabela abaixo mostra os investimentos das empresas no Brasil, mostrando o setor de investimento e o país de origem da multinacional. Dentre as 20 maiores empresas que investem na América Latina, 12 estão concentradas no Brasil como mostra a tabela.

TABELA 5 – AS MAIORES EMPRESAS QUE INVESTEM NO BRASIL, 1996

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	SETOR	INVESTIMENTO (US\$ MILHÕES)
Volkswagen	Alemanha	Automotivo	7 000
General Motors	EUA	Automotivo	5 433
FIAT	Itália	Automotivo	4 743
Shell	Reino Unido / Holanda	Petrolífero	4 717
Carrefour	França	Comércio	4 510
Ford	EUA	Automotivo	3 830
Nestlé	Suíça	Alimentício	3 592
Gessy Lever	Reino Unido / Holanda	Higiene	2 749
Texaco	EUA	Petrolífero	2 639
Mercedes Benz	Alemanha	Automotivo	2 131
IBM	EUA	Informática	1 950

FONTE: Elaboração do autor com base nos dados da ONU.

A grande parte dos investimentos está no setor automotivo, este sim responsável por boa parte das exportações do país, mas também podemos ver a presença no dia a dia do consumidor de grandes marcas estrangeiras que são responsáveis por altos investimentos no país, visando exatamente o mercado interno, como é o caso da Gessy Lever (responsável por US\$ 2749 milhões de investimento) e

a Nestlé (responsável por U\$\$ 3592 milhões).

Segundo APPY (1987, pág.33) o Brasil nunca fez distinção de países que estavam interessados em investir aqui:

Cumpre salientar, essencialmente, o fato de que o Brasil é um país aberto que nunca procurou favorecer uma nação em detrimento de outras. No quadro de uma economia que se internacionaliza, a diversificação da origem dos investimentos permite que o país possa beneficiar-se com uma grande concorrência entre as multinacionais sem a qual poderia gerar-se uma situação de monopólio adversa aos interesses do Brasil.

Dentro dos determinantes do Investimento Direto Estrangeiro encontram-se as estratégias das empresas multinacionais, ou seja, os aspectos que elas levam em consideração na hora de escolher onde direcionarão seus investimentos, tendo em vista as vantagens de localização, as vantagens de propriedade e as vantagens de internalização. (LAPLANE E SARTI 2002)

As vantagens de localização segundo LAPLANE E SARTI (2002) referem-se aos recursos naturais onde a empresa tenha como objetivo a exploração destes. As vantagens de propriedade referem-se a possuir recursos, que podem ser produtivos, tecnológicos ou financeiros e que venham a representar vantagens sobre os produtores locais. As vantagens de internalização correspondem ao risco de instalação de uma empresa ou de fusão com uma empresa nacional.

As empresas estrangeiras tomam suas decisões baseadas em alguns objetivos: “a) exploração de recursos locais; b) exploração do mercado local; c) ganhos de eficiência, por meio da integração das operações em vários países; e d) fortalecimentos estratégicos da rede mundial.” (LAPLANE E SARTI, 2002, pág.230)

No quadro a seguir, podem-se ver os principais pontos que determinam os IDE's em um país.

QUADRO I – AVALIAÇÃO DE UM PAÍS PARA O INVESTIDOR ESTRANGEIRO

Continua

VARIÁVEIS ESTRATÉGICAS		PONTOS
Repatriamento de Capitais	Nenhuma restrição	12
	Restrição unicamente quanto ao prazo	8
	Restrição sobre o principal	6
	Restrição sobre o principal e dividendos	4
	Restrições importantes	2
	Nenhum repatriamento possível	0
Participação Estrangeira	Autorizada em 100% e desejada	12
	Autorizada em 100%, mas não desejada	10
	Maioria autorizada	8
	Limitada a 50% (máximo)	6
	Só em minoria	4
	Inferior a 30%	2
	Não autorizada	0
Discriminações e controles	Empresas estrangeiras com mesmo tratamento que as firmas locais	12
	Algumas restrições limitadas mas nenhum controle	10
	Nenhuma restrição para o capital estrangeiro mas alguns controles	8
	Restrições e controles para empresas estrangeiras	6
	Algumas restrições e controles muito pesados	4
	Restrições e controles severos	2
	Empresas estrangeiras não-autorizadas	0
Conversão da moeda nacional	Livemente conversível	20
	Diferença inferior a 10% entre a taxa cambial oficial e o mercado paralelo	18
	Diferença entre 10% e 40%	14
	Diferença entre 40% e 100%	8
	Diferença de mais de 100%	4
Estabilidade política	País estável no momento e a longo prazo	12
	País estável, mas cuja estabilidade depende de uma só pessoa	10
	País dividido em diversas facções, mas que o governo controla	8
	Existência de fortes pressões internas e/ou externas, que têm repercussão no plano político	4
	Possibilidade de um golpe (interno ou externo) ou de uma mudança profunda no governo	2
	Instabilidade política e possibilidade real de um golpe	0

QUADRO I – AVALIAÇÃO DE UM PAÍS PARA O INVESTIDOR ESTRANGEIRO

Conclusão

VARIÁVEIS ESTRATÉGICAS		PONTOS
Proteção aduaneira	Grande proteção	8
	Proteção importante, especialmente para novas indústrias	6
	Alguma proteção	4
	Proteção mínima ou inexistente	2
Acesso aos capitais do país	Mercado de capitais desenvolvido	10
	Acesso a alguns mercados nacionais	8
	Mercado de capitais limitado, fundos externos disponíveis	6
	Capitais raros em curto prazo	4
	Controle muito grande sobre capitais	2
	Fuga de capitais	0
Taxa de inflação anual nos últimos cinco anos	Menos de 1%	14
	De 1% a 3%	12
	De 3% a 7%	10
	De 7% a 10%	8
	De 10% a 15%	6
	De 15% a 35%	4
	Superior a 35%	2
TOTAL		100

FONTE: Quadro apresentado por APPY p. 56 e 57 apud Robert B. Stobaugh-Harvard Business Review, p. 102

Segundo APPY (1987), o quadro serve para que os investidores tenham uma base ao tomarem suas decisões. O quadro avalia aspectos positivos e negativos classificando-os através de pontos auxiliando o investidor. APPY (2002), aponta algumas falhas o quadro, citando que o mesmo deixa “numerosos pontos importantes de lado”.

A mão-de-obra barata, os incentivos fiscais e as vantagens territoriais são fatores que determinam os IDE's. Esses três fatores sempre foram primordiais na determinação dos investimentos, porém nos últimos tempos tem se expandido em várias categorias tornando a decisão do investidor mais criteriosa.

Segundo APPY (2002, pág. 55) a:

Mão-de-obra abundante e apta a desempenhar as tarefas exigidas constitui um fator importante na decisão do investidor estrangeiro. No que tange ao Brasil trata-se de um aspecto altamente positivo: não somente possuímos mão-de-obra abundante, como também

podemos recorrer a um operariado muito hábil, que se adapta facilmente às novas tecnologias.

Dentro dessa justificativa pode-se citar que os países em desenvolvimento possuem sempre mão-de-obra abundante, para não dizer desempregada, e com baixas qualificações o que facilita os baixos salários. Talvez esse fatores não sejam atrativos às empresas, pois uma das vantagens de localização de uma região pode ser sua mão-de-obra qualificada.

Os incentivos fiscais são uma prática comum no Brasil e têm como objetivo atrair uma fábrica para uma determinada região. Entenda-se como incentivo fiscal a definição de SANDRONI (2002, pág. 294):

Subsídio concedido pelo governo, na forma de renúncia de parte de sua receita com impostos, em troca do investimento em operações ou atividades por ele estimuladas. Os incentivos podem ser diretos ou indiretos. Quando concedidos na forma de isenção do pagamento de um imposto direto, como o imposto sobre a renda, beneficiam o contribuinte; no caso de um imposto indireto, tendem a diminuir o preço da mercadoria produzida pela empresa que recebe a isenção, beneficiando também o consumidor.

No caso da instalação de uma multinacional, a isenção normalmente é do imposto territorial e é dada em troca da mesma se instalar na região. Para o governo esse subsídio é muito vantajoso pois a fábrica atrairia novos investimentos e abriria vagas de emprego desenvolvendo a região. Não se sabe ao certo se essa “troca” funciona, mas ela é bastante comum em países subdesenvolvidos. Muitos países não avaliam o custo-benefício dessa isenção por muitos chamada guerra-fiscal, onde o vencedor é o Estado ou país que concede mais vantagens fiscais à empresa investidora.

Como vantagens territoriais pode-se citar o mercado interno do país em que a empresa procura se instalar e a disponibilidade de recursos naturais que venham a ser utilizados na produção. Segundo APPY (1987, pág.55): “A existência de um grande mercado potencial, que permite obter uma otimização do lucro (com recuperação dos grandes gastos em pesquisa e desenvolvimento realizados pela matriz) constitui, certamente, o fator determinante da ação de uma grande empresa estrangeira.”

Antigamente as empresas estrangeiras se instalavam no país a fim de

utilizarem seus recursos naturais e sua mão-de-obra barata para aumentar sua produção e exportar seus produtos para os países compradores. Nem se cogitava a comercialização desses produtos no país instalado. Hoje em dia isso é praticamente o fator que determina a instalação de uma empresa num determinado país. Seu mercado interno é tão importante quanto os outros compradores.

3 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

Para justificar o que determina o Investimento Direto Externo mostraremos nesse capítulo algumas contribuições teóricas a fim de deixar claro o motivo pelo qual as grandes empresas multinacionais se instalam em outros países que não o seu de origem.

3.1 TEORIA DO EMPREENDIMENTO MULTINACIONAL

Essa teoria ressalta duas questões do comércio internacional a fim de explicar o que determinam os IDE's: a questão da localização e a questão da transferência de tecnologia colocada na teoria da internalização.

Segundo KRUGMAN (2001) a localização de uma multinacional é determinada pelos mesmos fatores que determinam o padrão de comércio em geral, ou seja, a proximidade com as fontes de matérias-primas, com as unidades de mão-de-obra especializada e com o mercado consumidor; todos esses fatores com o objetivo de reduzir os custos de transporte.

A teoria da internalização é conceituada como a transferência de insumos ou tecnologia. Essas transferências se dão via empresa multinacional, pois isso é muito mais lucrativo para as empresas instaladas em diferentes países. (KRUGMAN 2001) A transferência de tecnologias, por exemplo, é difundida entre todas as filiais de uma multinacional e raramente é comercializada pela empresa. Em tempos de globalização, a economia do conhecimento é fundamental, sendo o maior patrimônio da empresa, já que é notória a dificuldade de quantificar e precificar tal bem. Portanto é uma vantagem à mesma empresa possuir filiais em outros países do que várias empresas diferentes, pois a difusão de tecnologias e as proximidades citadas logo acima determinariam os IDE's pela Teoria do Empreendimento Multinacional.

3.2 TEORIA DO PODER DE MERCADO DE HYMER

Hymer contribuiu teoricamente com sua análise sobre investimentos estrangeiros. Segundo SANDRONI (2002), Hymer afastou-se da teoria tradicional do comércio internacional (citado no item 3.1), pois “considerava os investimentos diretos no exterior das empresas multinacionais uma consequência de suas contradições internas e da tendência a ampliar seu controle territorial.”

Isso significa que para Hymer a empresa se instala em outro país com uma intenção maior do que a simples proximidade de mercados e matéria-prima como sugere a teoria do comércio internacional.

O principal pressuposto da teoria de Hymer diz que uma empresa nacional tem naturalmente mais vantagens quando comparadas às estrangeiras. No entanto Hymer defende que essa desvantagem é suprida por um ativo específico (*unique asset* nas palavras de Hymer). Segundo CURADO (1997):

A posse do *unique asset*, deve ser entendida apenas como uma condição necessária para a determinação da internacionalização produtiva, porém a motivação para a determinação dos fluxos de IDE é derivada, na visão de Hymer, dos limites ao processo de oligopolização e obtenção de taxas de lucro supranormais numa economia fechada.

Hymer então considera que esse ativo específico (*unique asset*) seja o determinante do IDE. Uma das explicações que ele sugere é que esse ativo específico sejam taxas de lucro enormes geradas pela criação de oligopólios mundiais.

Esses oligopólios são uma realidade cada vez mais presente nos dias de hoje confirmando a teoria de Hymer. Muitas marcas hoje são sinônimo de produtos consumidos mundialmente e alguns setores são movidos por acordos monopolísticos entre empresas criando barreiras à entrada de novos produtores e difundindo o IDE por todo o mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Segundo HYMER (1978): “na maioria dos casos, um elemento determinante do investimento direto é a transferência de tecnologia e capacidade empresarial. A habilidade, eficiência do pessoal e os recursos diferem muito de uma empresa para

outra.” O papel do IDE para o autor seria permitir que a empresa utilize essa diferença ou superioridade em todos os países estrangeiros que está inserida.

CURADO (1997) cita como limitações à teoria de Hymer os seguintes fatos: Hymer não explica quais os determinantes das vantagens comparativas nem porque essas vantagens não são exploradas através das exportações. Além disso, não especifica para onde os investimentos devem ser direcionados.

3.3 TEORIA DA INTERNALIZAÇÃO DE COASE

Coase e Williamson desenvolveram uma teoria a fim de explicar os custos de transação das firmas e de internacionalização.

Segundo CURADO (1997) ocorrem às empresas custos diretos e também custos de imperfeição do mercado, tanto advindos dos processos de transação como dos processos de internalização da atividade. A empresa, então, deve analisar qual desses custos é mais elevado, tendo em vista a incerteza do mercado decorrente de agentes imprevisíveis.

Cabe à empresa verificar se o custo de operar em outro país é maior ou menor que os custos de transação do mercado interno. Caso os custos de transação sejam maiores, a teoria sugere que a produção seja alocada em um país estrangeiro. “Ocorrendo a transnacionalização da empresa sempre que o custo de organização de determinada transação econômica via mercado for superior ao custo da internacionalização.”, como afirma CURADO (1997).

Para solucionar o problema, as firmas se utilizam de muita organização a fim de eliminar os custos da transação.

Essa teoria então, explica o fato de as empresas se localizarem nos países estrangeiros.

3.4 PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING

Dunning faz uma proposta metodológica com o objetivo de explicar, reunindo diversas teorias, os pontos que determinam os IDE's.

A proposta feita por Dunning parte das seguintes questões: Por que uma empresa decide se internacionalizar? ; Qual a melhor forma de se internacionalizar? ; E qual fato determina essa decisão?

Segundo CURADO (1997) existem três condições para que as empresas se internacionalizem:

- condição 1 – as firmas devem possuir vantagens monopolísticas vis a vis às firmas de outros países, contribuição associada ao trabalho de Hymer (1976)
- condição 2 – assumindo a condição 1 satisfeita, deve ser benéfico para a empresa que possua tais vantagens monopolísticas usar ela própria estas vantagens antes que vender ou licenciar esta vantagem competitiva para firmas estrangeiras, isto é internalizar estas vantagens através da extensão de suas próprias atividades, antes que externalizar esta vantagem, licenciando ou determinando contratos com firmas estrangeiras independentes (custos de transação).
- condição 3 – assumindo 1 e 2 satisfeitas, deve ser mais lucrativo para a empresa utilizar estas vantagens em conjunção com fatores externos a seu país. Em outras palavras, devem existir vantagens em se produzir externamente, de outra forma os mercados externos seriam servidos por exportações ou licenciamento de vantagens e firmas estrangeiras (vantagens específicas do país.)

Dados esses grupos de condições, percebe-se que o método desenvolvido por Dunning responde às indagações deixadas por outras teorias. A partir disso, Dunning classifica as vantagens que podem ter as empresas.

3.4.1 Vantagens específicas de Propriedade

As vantagens específicas estão relacionadas à economia do conhecimento, ou seja, o conhecimento acumulado pela empresa multinacional. Esse conhecimento é explicado pelas técnicas mais modernas e eficientes nos métodos de produção, melhores fontes de matérias-primas e fornecedores de peças e componentes, conhecimento e aprendizado adquirido pelos funcionários e principalmente a capacidade de inovar em novos processos de produção ou novas tecnologias.

(GONÇALVES 2003)

Ainda segundo o autor: “Algumas vantagens estão diretamente relacionadas ao fato da empresa operar em diferentes países, pois, quanto maior o número e a diversidade entre os ambientes econômicos em que ela opera, maiores suas chances de tirar vantagem de diferentes dotações de fatores e situações de mercado”.

O fator importante é que essas vantagens podem ser transferidas para suas filiais sem burocracia, o que dá a essas empresas vantagens competitivas sobre seus concorrentes, pois reduz custos e aumenta a vantagem em relação às empresas nacionais. (GONÇALVES 2003)

3.4.2 Vantagens de Localização

As vantagens de localização concentram a dotação de fatores de um país ou região, a sua proximidade de mercados consumidores, a presença de fornecedores, economias de escala, abundantes fatores de produção como mão-de-obra, infraestrutura local.

Conforme apresentado em GONÇALVES (2003) o paradigma de Dunning sugere que o país ou região, onde será instalada a multinacional, possua boas características no ambiente econômico, sistema econômico e de política governamental.

Dentro do ambiente econômico pode-se citar: o capital humano, recursos naturais, desenvolvimento econômico e cultura. No sistema econômico o que caracteriza o país é o fato de ele ser socialista, capitalista, misto ou ainda possuir alianças com outros países. As políticas governamentais devem abranger as políticas macroeconômicas, microeconômicas, gerais (como educação e defesa) e políticas específicas em relação ao IDE.

4 O PAPEL DOS IDE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90

Dentro do cenário econômico brasileiro está inserido o Estado do Paraná com suas características agrícolas predominantes que em simultaneidade com os acontecimentos industriais do país teve o início da sua industrialização na década de 60. O processo de inserção dos IDE's no Paraná ocorre no auge da sua industrialização na década de 70. Assim como o Brasil, o Paraná na década de 80 é marcado pela crise da dívida. Mesmo sem ter sofrido tantas consequências, a industrialização apresentou-se estagnada nesse período.

Nas próximas seções veremos como esteve caracterizado cada período do processo de industrialização do Paraná.

4.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ NOS ANOS 60-80

O Estado do Paraná era considerado basicamente agrícola em meados da década de 60, no qual predominavam atividades de pecuária e extrativismo. Alguns até acreditavam que seria complicada a industrialização do estado. Mesmo assim o início da década é marcado pelo interesse de industrializar o Estado. Como o Paraná era dependente do Estado de São Paulo, a sua proximidade seria favorável e o processo de industrialização semelhante. O Paraná só teria vantagens com isso, pois se livraria da exploração que São Paulo exercia sobre o Estado. Esse era um dos fatores atrelados ao não-desenvolvimento desse. Outro fator importante que contribuía para a estagnação do desenvolvimento do estado era a posição agrícola em que se encontrava.

A estrutura do Paraná era incipiente e pouco integrada. A economia esteve concentrada no dinamismo do café (sacaria, beneficiamento) e portanto muito instável, já que estava atrelada aos efeitos de renda do preço do café. Havia total escassez de infra-estrutura principalmente energia e transporte.

O governo Ney Braga receptor de toda a problemática dos anos anteriores,

ou seja a estagnação e a posição agrícola e a dependência do Estado de São Paulo, é marcado por um projeto paranista de desenvolvimento que tinha como objetivo uma industrialização integrada, ou seja, que desse abrangência a todos os setores. O Estado tinha a missão de superar todos os estrangulamentos.

A forma encontrada pelo Estado para atuar sobre essas questões e enfrentar esse desafio, ocorre com a criação da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná). Simultaneamente é instituído o FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico), que tinha como objetivos a produção e distribuição de energia elétrica, desenvolvimento industrial e agrícola e investimentos no Estado. Uma parcela do Fundo seria utilizada para financiar empreendimentos industriais que viessem a se instalar no Paraná.

Com esses investimentos todos na década de 70 o Paraná deixava de ser basicamente agrícola e passava a se inserir na indústria brasileira. Um dos fatos mais importantes da década é a consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) onde se instalaram grandes indústrias como metal-mecânica e de fornecedores de matérias-primas e componentes. É de suma importância citar também a instalação da Refinaria de Araucária em 1976. (OLIVEIRA, 2001)

A partir do fim da década de 60 e início da década de 70 o Paraná passa a ter uma maior articulação produtiva derivada dos anos do Milagre Econômico e do II PND. É o período de internacionalização produtiva do Brasil, e isso se refletiu no estado através da industrialização da agricultura, significando uma mudança nos padrões da agricultura. Os produtos agrícolas antes destinados ao consumidor final agora passariam a se destinar à indústria.

Com o avanço tecnológico dos processos produtivos, a agricultura vem a necessitar de mais insumos como fertilizantes (advindo da indústria petroquímica) e de máquinas e colheitadeiras (advindos da indústria metal-mecânica). A consequência desse processo de estruturação da cadeia produtiva seria o avanço do processo de diversificação e modernização da estrutura industrial.

Nessa época inicia-se o período de maior expansão da indústria o projeto da criação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba) que envolvia além dos incentivos fiscais, uma urbanização da área conhecida atualmente como o bairro CIC. A infraestrutura envolvia o saneamento básico fornecido pela SANEPAR, a energia-elétrica fornecida pela COPEL e projetos de habitação feitos pela COHAB. Os órgãos públicos e uma parceria entre governo do Estado e do município levaram em frente essa gigantesca obra. “A CIC foi idealizada pelo governo do estado, que identificava no município de Curitiba elevado potencial para atuar como pólo indutor do desenvolvimento industrial no Estado” (CASTRO,1999, pág. 108)

Nessa mesma década LOURENÇO (2000) cita que com o início do governo Nei Braga a montagem de um aparelho estrutural permitia um avanço na economia. Pode-se citar o imenso avanço tecnológico que o Paraná sofreu com a construção da Cidade Industrial do Paraná (CIC) e da refinaria de petróleo.

Segundo CUNHA (1995) as vantagens de localização da cidade de Curitiba, associada aos atrativos da área industrial, o planejamento de toda a infra-estrutura e os preços dos terrenos generosamente subsidiados foram fatores determinantes para que tantas indústrias se localizassem no Estado.

Ainda pode-se citar as condições de acesso, o baixo custo da mão-de-obra e o PEFI – Programa Especial de Fomento à Indústria. O programa, semelhante a um programa utilizado na década de 90, veio a ser um instrumento adicional de atração das indústrias. O Programa previa a dilatação do pagamento do ICM às indústrias que se instalassem aqui.

O que se pode observar é que esses fatores foram responsáveis pela atração dos IDE para o Estado do Paraná na construção da CIC. Os fatores determinaram os investimentos, deixando o estado em posição privilegiada numa possível guerra fiscal com outros estados.

Na década de 80 o Paraná sofre um período de estagnação, também sentida por todo o país. Esta estagnação é causada pela diminuição dos investimentos, devido

à alta da inflação, a instabilidade política e a ausência de políticas industriais.

O padrão tecnológico no Estado era bastante avançado comparado ao padrão tecnológico do restante do país, isso facilitou a retomada do crescimento tendo em vista a maximização do potencial de produção das indústrias instaladas na CIC, como cita CUNHA (1995). Segundo o mesmo autor “No início dos anos 80, atingem seu potencial de produção os investimentos realizados pela VOLVO S/A, do gênero de material de transporte, com ênfase na produção de ônibus”.

Antes de 1973 existia no Estado uma lei que proibia que empresas fossem controladas pelo capital estrangeiro. Diante dessa incoerência a lei é revogada e a atuação do BADEP passa a ser mais expressiva.

A função do BADEP a princípio era fornecer infra-estrutura para atrair as empresas para o Estado, mas ele se mostra responsável pela atração das principais indústrias para o Paraná na década de 70. AUGUSTO (1978) cita que há uma ênfase na atração de capitais externos pelo BADEP. Segundo ela, uma das linhas de atuação do Banco a ser privilegiada era “atrair para o Estado, novos investidores para o setor industrial, especialmente empresários do exterior, ainda sem vínculos com economia brasileira”.

O governo tinha que tomar uma posição frente à necessidade de desenvolvimento do Estado. Nesse momento se iniciam os investimentos em infra-estrutura e atração de investimentos externos como vimos no capítulo anterior.

Segundo AUGUSTO (1978, pág.168):

É importante assinalar que se foi configurado cada vez mais claramente a necessidade de que os recursos investidos no Estado tivessem origem externa (nacional e/ou internacional). Também essa tendência torna-se perfeitamente explícita no decorrer da atuação do BADEP, substituto da CODEPAR: a procura do desenvolvimento industrial baseada em recursos estaduais sendo substituída por outras fontes.

O Paraná possuía características agrícolas que necessitavam ser modificadas, como cita AUGUSTO (1978, pág.25) :

A posição agrícola do Paraná na divisão nacional do trabalho era uma das causas de seu “subdesenvolvimento” e , nesse sentido, industrialização e desenvolvimento aparecem

como sinônimos: A superação “periférica” está indissolúvelmente ligada às possibilidades de uma industrialização intensiva e extensiva do Estado.

O Estado precisava evoluir, progredir, crescer e se desenvolver.

Os IDE se mostraram presentes desde o boom da industrialização nos anos 70 com a construção da CIC, como vimos no capítulo anterior, conforme CUNHA (1995, pág.112):

As maiores empresas instaladas na CIC são de capital estrangeiro e fazem parte dos novos setores intensivos em tecnologia ou em segmentos da indústria pesada, atuando no ramo de informática, na produção de produtos e componentes elétricos e eletrônicos destinados aos setores de energia elétrica e de comunicações, na produção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais e na produção de ônibus e caminhões.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90

O início da década apresenta fortes características do passado recente, ou seja a estagnação. Porém essa característica não é mantida e nem predomina sobre os anos 90.

O cenário é alterado como se pode ver em LOURENÇO (2003, pág.121):

A década de 90 foi marcada, justamente, pelo resgate dessa “vontade industrializante no Paraná”, interrompida durante uma década e meia por conta, especialmente, dos constrangimentos macroeconômicos ao crescimento do país. Tal mudança de postura aconteceu em meio a um cenário de elevação da taxa de investimento na economia brasileira, associada à ampliação da banda temporal de previsibilidade no cálculo econômico, proporcionada pela estabilidade monetária.

A competição entre regiões para receber a instalação das novas indústrias pode ser vista claramente na citação abaixo feita por BOTEGA et ali (2003):

Com a abertura da economia brasileira, a competitividade entre os estados se tornou mais acirrada, pois todos queriam atrair investimentos para poder gerar mais renda e emprego. O estado do Paraná, entre outros, eram um dos que estavam investindo no seu crescimento e desenvolvimento estrutural e industrial. Mas para que isso ocorra de fato, o Paraná tinha que competir com outras fortes regiões como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, que eram, e continuam sendo as regiões mais atrativas para as empresas que estão se instalando no Brasil nesses últimos anos. A essa disputa dá-se o nome de Guerra Fiscal. As empresas que fizeram explodir a Guerra Fiscal, foram as montadoras de automóveis.

Estas buscavam as melhores regiões que possam oferecer maiores incentivos, bem como infra-estrutura.

Com a possibilidade de isentar essas empresas de impostos o Paraná abriu caminho para as montadoras se instalarem aqui como objetivo de abrir novos postos de trabalho e também muitos empregos indiretos como se pode ver em LOURENÇO (2000) :

Por trás disso, há o justificável objetivo de geração de empregos sustentáveis e qualitativamente superiores, suficientes para impulsionar os níveis de renda regional via salários e melhoria dos padrões educacionais. Não obstante, é certo que o regime especial de incentivos fiscais buscava compensar as desvantagens competitivas regionais, retratadas na grande distância dos mercados consumidores e provedores, na precariedade infra-estrutural, na ausência de uma estrutura científica e tecnológica e na escassez de mão-de-obra qualificada.

O crescimento dos investimentos externos chegou para acabar com o período de estagnação na indústria paranaense na década de 80. Toda a economia nacional estava impulsionada por estes capitais que passaram a circular no país pós-plano real.

BOTEGA et ali. (2003) afirma no texto que resume a condição do Paraná naquela época:

O governo do Paraná durante os anos 90 vivenciou, junto a todos os demais estados, o período em que o Brasil passou pela abertura comercial e a estabilidade da moeda, o que fez com que o país fosse eleito por várias empresas para a instalação de suas plantas fabris, dando preferência ao estado que oferecesse o maior número de incentivos.

Essa “briga” pela instalação das plantas é chamada guerra fiscal. Essa disputa entre países, regiões e municípios tinha como critério de desempate os incentivos fiscais, como se pode comprovar em ARBIX (2002, pág.109):

A guerra foi chamada fiscal por estar baseada no jogo com a receita e a arrecadação futura do ICMS. Envolve, porém, diferentes taxas e financiamentos para capital de giro e infra-estrutura, incluindo terraplanagem, vias de acesso, terminais portuários, ferroviários e rodoviários, assim como malhas de comunicação e mesmo a diminuição das tarifas de energia elétrica. Nos municípios, taxas de IPTU e ISS foram oferecidos por até 30 anos.

A retomada do crescimento da indústria vem com força total na década de 90, a partir da metade da década, “evidenciada pelo avanço dos gêneros modernos da

mecânica, de material elétrico e de material de transporte, ao lado de papel e papelão, e pela estagnação ou perda de importância relativa dos ramos tradicionais de minerais não metálicos, metalurgia, madeira, mobiliário, produtos alimentares e têxteis.” Como afirma LOURENÇO (2003)

Esse cenário muda a partir da metade da década com a chegada do complexo automotivo. Com a expansão dos investimentos atraídos pelas montadoras outras indústrias se beneficiaram e tiveram sua produção elevada.

Atrair esses investimentos se tornou prioridade em alguns estados como cita ARBIX (2002, pág.117): “Um dos primeiros Estados a se engajar na guerra fiscal foi o estado do Paraná. Em março de 1996, o governo do estado, o município de São José dos Pinhais e o Fundo de Desenvolvimento Econômico assinaram um protocolo com a Renault.”

O programa denominado Paraná Mais Emprego era um pacote de incentivos fiscais e vantagens dadas à montadora que optou pelo Estado em 1998. A multinacional francesa recebeu primeiramente o terreno no município de São José dos Pinhais de cerca de 2,5 milhões de m², seguido de uma área no Porto de Paranaguá, 40% do capital investido viria do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico) - que mantém recursos dos royalties de Itaipú e do extinto Badep – sob responsabilidade do Estado, isenção de impostos locais por 10 anos, prazo de 4 anos para iniciar a arrecadação do ICMS – prazo esse prorrogado por mais 5 anos em 2001- a energia seria fornecida a uma taxa 25% inferior a praticada no Estado. “Com isso tanto Renault, como a Volkswagen/Audi, só deverão começar a pagar ICMS em 2009”, cita ARBIX (2002).

A Renault prometeu uma geração de 1500 empregos diretos e não poderia sair do estado em 20 anos, sob pena de multa de R\$ 50,5 milhões. Visava consolidar sua presença no Mercosul, produzindo o Megane Scénic. Juntamente com a planta se instalará a fábrica de motores Usiné. (MEINERS, 1998)

Após as negociações com a Renault, viria também agregar o pólo

automobilístico do Estado a montadora Volkswagen/Audi e a montadora Crysler. Participando também do Programa Paraná mais Emprego. Observemos a citação de NOJIMA (1996, pág.07):

A Crysler deverá investir cerca de U\$\$ 315 milhões em Campo Largo e gerar 400 empregos diretos, além de uma série de outros oriundos da formação de empresas fornecedoras de peças e matérias-primas. Quando estiver em funcionamento em 1998, a empresa, cuja capacidade instalada será de 40.000 veículos/ano pretende produzir 12 mil a 15 mil anuais de picapes (Modelo Dodge Dakota) nos dois primeiros anos de operação. Posteriormente a empresa deverá produzir o Jeep Grand Cherokee.

A montadora Volkswagen/Audi teve suas obras iniciadas em 1997 e sua produção efetiva em 1999. A Audi tem uma participação de 21% na fábrica. Fabricam o Audi modelo A3 e exportam para a Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Peru. A fábrica também fabrica o modelo Golf (aproximadamente 550 unidades/dia).

A tabela 6 mostra os principais dados das indústrias que se instalaram nessa década. Ela apresenta as previsões feitas na época pelas empresas.

TABELA 6 – DADOS GERAIS DAS MONTADORAS EM INSTALAÇÃO NO PARANÁ

MONTADORA	PRODUTO	LOCAL	INVESTIMENTO (US\$ MILHÕES)	EMPREGOS DIRETOS
Renault	Automóvel	São José dos Pinhais	1000	2000
Volkswagen/Audi	Automóvel	São José dos Pinhais	750	3000
Chrysler	Automóvel	Campo Largo	315	400
Chrysler/BMW	Motores	Campo Largo	500	2000

FONTE: NOTAS DE CONJUNTURA. ANÁLISE CONJUNTURAL, CURITIBA: IPARDES, V.20, N. 1-2, JAN-FEV.1998,

Com a chegada das montadoras, o Paraná retomou seu processo de industrialização atraindo para o Estado, além das principais plantas multinacionais automobilísticas do mundo, seus fornecedores. A tabela 6 mostra as previsões dos fornecedores das montadoras. Para MEINERS (1998):

Os investimentos em execução no Paraná devem conformar um dos principais pólos automobilísticos do Mercosul, tanto pelo volume projetado de veículos produzidos, como pelo grau de sofisticação e modernidade dos produtos elaborados. Com a maturação dos projetos, as montadoras paranaenses devem estar produzindo 315 mil veículos por ano,

com um faturamento anual que deve atingir US\$ 8 a US\$ 9 bilhões. Outros investimentos relevantes, como as fábricas de motores da Detroit Diesel (Penske) e da Tritec (joint venture entre BMW/Crysler), também são significativos para incrementar a importância do complexo automotivo no Estado e para justificar uma escala mínima para atração de fornecedores.

4.3 VANTAGENS DE LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO O PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING

Segundo o Paradigma Eclético de Dunning (visto no capítulo 2) o que determinam os IDE's são as vantagens de propriedade que dizem respeito à empresa e as vantagens de localização que caracterizam o país ou região receptora dos IDE's.

Nesta seção vamos mostrar as vantagens de localização do Estado do Paraná, que foram fundamentais para a atração dos IDE's no processo de industrialização na década de 90.

Muitos fatores foram decisivos pra que o Paraná ganhasse a competição com outros estados de receber os investimentos de tais montadoras. O potencial atrativo do estado merece destaque, além de nos atrelarmos à idéia que o Estado só obteve esse sucesso pela batalha dos incentivos fiscais.

Segundo LOURENÇO (1994) os fatores que ampliaram a competitividade do Paraná frente a outras regiões do país são: estrutura produtiva em permanente expansão, reduzida atuação sindical em contraste com outras regiões de alta concentração industrial, situação geográfica privilegiada – próximo aos compradores do Mercosul, condições infra-estruturais adequadas como moderna área de telecomunicações, energia elétrica e transportes, crescente parque fornecedor das plantas instaladas na CIC, potencial de qualidade da mão-de-obra e investimentos do governo em recuperação da infra-estrutura. NOJIMA (1996) ainda coloca dentre esses fatores: parque metal-mecânico, várias instituições de ensino, pesquisa e mão-de-obra qualificada (CEFET, UFPR, LACTEC, TECPAR), localização estratégica e entroncamento rodoviário para escoamento no Porto de Paranaguá.

4.4 MUDANÇAS ADVINDAS DOS IDE'S NO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 90

As características agrícolas do Estado não foram abandonadas durante o processo de industrialização, porém a própria agricultura se modificou através da agro-indústria, representada principalmente pelas cidades do oeste do Estado com suas Cooperativas que tiveram suas exportações aumentadas na década de 90.

O Estado passou por mudanças significativas que influenciaram suas características. Essa mudança de visão do estado do Paraná como somente agrícola, mudou sob influência direta do processo de industrialização embasado nos IDE. Foi de responsabilidade das empresas estrangeiras trazer para o Estado as tecnologias e inovações, bem como os melhores salários e aumentar assim a competitividade do Paraná frente a outros estados. As mudanças mais significativas são apresentadas nas seções abaixo:

4.4.1 O aumento do Estoque de IDE

Na década de 90 toda a economia brasileira passou por um processo de retomada. A economia que estava estagnada ganhou novo impulso e o país recebeu o anúncio de vários investimentos que deram novo fôlego ao país. O Paraná acompanhando esse novo impulso teve na segunda metade da década a instalação das montadoras (visto na seção 4.2) e teve um aumento significativo nos seus estoques de IDE's. Segundo RODRIGUES (2001):

Na região Sul, os Estados do Paraná e de Santa Catarina apresentaram incrementos importantes em seus anúncios de investimento em 2000. No Paraná, esses investimentos se concentraram na região metropolitana de Curitiba, porém, ao contrario de anos anteriores (1996/99), foram anunciados alguns empreendimentos em outros municípios, tais como a construção de uma fábrica de café solúvel da Cacique em Londrina, a ampliação da unidade da Chapecó em Cascavel e a instalação de nova unidade da Continental (fogões) em Ponta Grossa. A região metropolitana de Curitiba talvez tenha sido a que mais se industrializou no Brasil depois do Plano Real. O pólo mecânico amadureceu e as unidades recentemente implantadas anunciaram planos de expansão. A Nissan, a Renault, a Volkswagen e a Volvo apresentaram planos de expansão, totalizando mais de US\$ 750 milhões

os anúncios de investimento em 2000. Ainda na região metropolitana de Curitiba, vale mencionar a instalação de uma nova unidade da Tafisa (MDF) em Piên.

Com a atração desses investimentos e da vinda de empresas internacionais que se instalaram na cidade de Curitiba, o Paraná passou a ser destaque também na indústria. A maioria dos acontecimentos ocorreu na década de 90. Esses investimentos chegam a US\$ 29 bilhões em projetos de industriais e de infra-estrutura segundo LOURENÇO (1999). Esses aumentos nos investimentos podem ser atrelados a três fatores principais: o plano real em 1994, a abertura comercial e a consolidação do Mercosul.

Segundo ARBLX (2002, pág.110): “Regionalmente, Estados e municípios passaram a desenvolver mais intensamente projetos de modernização produtiva buscando a melhoria do perfil econômico de suas regiões.” A partir dos dados das tabelas 7 e 8 pode-se comparar o estoque de investimentos nos Estados e destacar a quinta posição do Paraná em nível de IDE’s. A desconcentração de investimentos ocorreu de forma lenta mas gradativa e a diferença dos estoques pode ser vista nas tabelas seguintes. Os dados são do Censo de Capitais Estrangeiros respondidos pelos empresários quinquenalmente.

TABELA 7 – ESTOQUE DE IDE DISTRIBUÍDOS POR ESTADOS NO ANO DE 1995

Continua

ESTADOS	TOTAL (US\$ MIL)
Acre	1.397
Alagoas	192.670
Amazonas	258.900
Amapá	7.968
Bahia	645.646
Ceará	142.262
Distrito Federal	44.802
Espírito Santo	603.342
Goiás	47.288
Maranhão	553.999
Minas Gerais	2.684.247
Mato Grosso do Sul	15.023
Mato Grosso	110.837
Pará	570.666
Paraíba	18.186
Pernambuco	44.627
Piauí	5.009

TABELA 7 – ESTOQUE DE IDE DISTRIBUÍDOS POR ESTADOS NO ANO DE 1995

ESTADOS	TOTAL (US\$ MIL)
Paraná	923.576
Rio de Janeiro	5.695.920
Rio Grande do Norte	12.318
Rondônia	1.479
Rio Grande do Sul	1.065.683
Santa Catarina	294.587
Sergipe	3.762
São Paulo	27.699.344
Tocantins	303
TOTAL	41.643.841

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do Bacen.

TABELA 8 – ESTOQUE DE IDE DISTRIBUÍDOS POR ESTADOS NO ANO 2000

ESTADOS	TOTAL (US\$ MIL)
Acre	7.602
Alagoas	75.854
Amazonas	876.234
Amapá	2.316
Bahia	821.302
Ceará	558.327
Distrito Federal	516.368
Espírito Santo	657.120
Goiás	540.486
Maranhão	745.825
Minas Gerais	4.350.165
Mato Grosso do Sul	44.997
Mato Grosso	201.835
Pará	621.873
Paraíba	110.631
Pernambuco	800.767
Piauí	10.165
Paraná	2.807.209
Rio de Janeiro	16.306.963
Rio Grande do Norte	15.905
Rondônia	56.850
Roraima	5.969
Rio Grande do Sul	4.122.442
Santa Catarina	598.904
Sergipe	48.269
São Paulo	68.011.364
Tocantins	620
TOTAL	102.916.362

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do Bacen.

A tabela 7 que mostra o estoque de IDE no ano de 1995 nos Estados, apresenta o Estado do Paraná com um estoque de IDE de US\$ 923,576 milhões, representando 2,21% do total do Brasil. Nessa época o maior Estado brasileiro com estoque de IDE, o Estado de São Paulo, possuía US\$ 27,699344 bilhões contribuindo com 66,5% do total brasileiro. A diferença gritante se deve principalmente ao atraso paranaense em relação aos Investimentos Diretos Externos. Apesar desse relativo atraso o Estado conquistou uma posição significativa em relação às demais unidades federativas, ocupando o quinto lugar entre os receptores de IDE do Brasil. O Paraná é superado apenas pelos Estados de São Paulo, que ocupa o topo da lista; Rio de Janeiro; Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A evolução dos investimentos é vista com clareza na tabela 8, pois o estoque de IDE do Estado do Paraná passou para US\$ 2,807209 bilhões ou seja triplicou. Esse fato se deve principalmente ao pólo automobilístico formado na Região Metropolitana de Curitiba. Segundo o Censo os países que mais investem no Estado do Paraná são os Países Baixos (Holanda), responsável por US\$ 587,110 milhões de investimentos,

4.4.2 Aumento do PIB – Produto Interno Bruto

Na década de 90 pode-se perceber com dados da tabela 9 que o PIB do Estado teve uma variação significativa. No ano de anúncio dos investimentos a variação dá um salto considerável.

TABELA 9 – PIB DO ESTADO DO PARANÁ DE 1994-1999

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ MILHÕES)	VARIAÇÃO REAL ANUAL (%)
1994	21.304	5,51
1995	38.369	1,78
1996	47.720	7,24
1997	52.849	0,89
1998	56.766	5,30
1999	62.579	1,32

FONTE: Elaboração própria com base em dados do IBGE/IPARDES

A intensa transformação da estrutura produtiva do Estado nos anos 90 foi consolidada pela implantação do pólo automobilístico e colocou o Paraná em posição de destaque frente à indústria do país. Segundo MACEDO (2002) esse fluxo de investimentos na década de 90 é fruto da inserção do estado na dinâmica econômica brasileira.

4.4.3 Valor Adicionado da Indústria

Na tabela 10 pode-se ver a participação do valor adicionado da indústria no Estado, dividido por seguimentos industriais. Em destaque podemos ver a indústria automobilística com uma participação aumentada graças aos IDE's.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ESTADUAL SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS ESPECIALIZADOS DO PARANÁ - 1990-2000.

Continua

SEGMENTO	REGIÃO	PARTICIPAÇÃO VA ESTADUAL (%)		
		1990	1995	2000
Automóveis, utilitários, caminhões e ônibus	Metropolitana Sul-Curitiba	2,96	5,52	9,14
Metropolitana				
Autopeças	Metropolitana Sul-Curitiba	4,12	3,09	3,67
Celulose, papel e papelão	Ponta Grossa-Castro	1,69	5,81	5,1
Celulose, papel e papelão	Guarapuava-Pitanga-Palmas	1,18	1,01	0,94
Embalagens de papel e papelãoFertilizantes e defensivos	Ponta Grossa-Castro	0	0	2,83
Fertilizantes e defensivos	Metropolitana Norte- Paranaguá	0,23	0,57	1,82
Fertilizantes e defensivos	Londrina-Cambé	0,1	0,43	1,56
Fertilizantes e defensivos	Metropolitana Sul-Curitiba	1,36	1,45	1,46
Fertilizantes e defensivos	Ponta Grossa-Castro	0,44	0,11	0,61

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ESTADUAL SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS ESPECIALIZADOS DO PARANÁ - 1990-2000.

Conclusão

SEGMENTO	REGIÃO	PARTICIPAÇÃO VA ESTADUAL (%)		
		1990	1995	2000
Químicos diversos	Metropolitana Sul-Curitiba	1,69	1,94	1,69
Perfumarias e cosméticos	Metropolitana Sul-Curitiba	0,1	0,56	1,17
Eletrodomésticos	Metropolitana Sul-Curitiba	0,58	2,62	1,72
Materiais eletroeletrônicos	Metropolitana Sul-Curitiba	1,3	1,25	2,15
Equipamentos para comunicações	Metropolitana Sul-Curitiba	2,34	5,99	1,37
Equipamentos para energia elétrica	Metropolitana Sul-Curitiba	0,52	0,96	0,86
Máquinas industriais e máquinas ferramentas	Metropolitana Sul-Curitiba	1,28	1,4	1,64
Equipamentos para instalações industriais e comerciais e mecânica diversas	Metropolitana Sul-Curitiba	4,11	1,67	1,64
Siderurgia, metalurgia e usinagem de metal	Metropolitana Sul-Curitiba	1,56	1,25	1,45

FONTE: IPARDES

O que se pode observar na tabela é que a participação da indústria automobilística no Estado fez o Valor Adicionado praticamente dobrar, isso se deve ao fato da instalação das montadoras no Estado ou seja aos IDE investidos na formação do pólo. O Paraná a partir da década de 90 ganha destaque no cenário nacional confirmando a desconcentração industrial ocorrida nessa década.

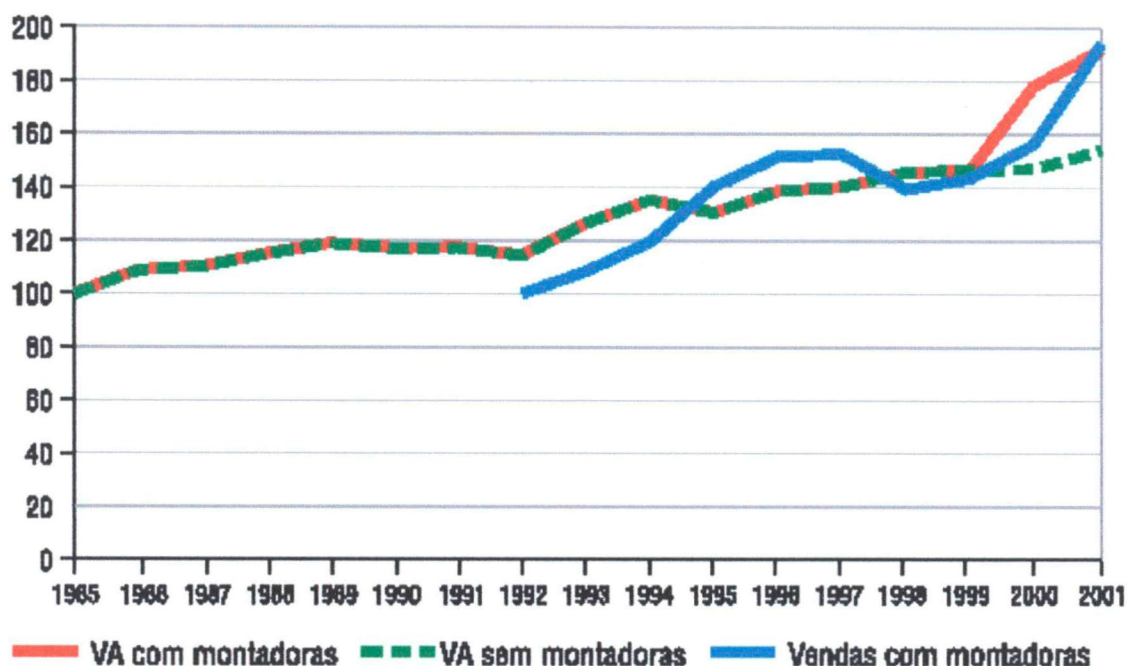
A tabela 10 mostra o nível de participação de cada setor industrial no Valor Adicionado da Indústria no Estado. Esse valor segundo o IPARDES (1994) é calculado a partir do índice de contribuição que “...mostra a participação relativa de cada gênero num ano final comparado com sua participação relativa num ano inicial, de modo a destacar os gêneros que, independentemente do seu tamanho absoluto na economia, tiveram um comportamento dinâmico ou estagnado”.

Alguns gêneros acabam se destacando com o passar dos anos e é possível ver através da tabela claramente a transformação durante a década de 90. O grande salto da indústria automobilística é verificado nos números de seu valor adicionado, de 2,96 em 1990 passa para 9,14 em 2000, o que prova toda análise feita anteriormente.

Segundo RODRIGUES (2000): “Como resultado de decisões de investimentos dos anos precedentes, o ano de 1998 se caracterizou por um elevado número de inauguração de novas fábricas”. Ela destaca ainda a unidade de automóveis da Renault, localizada no Estado do Paraná, como exemplo dessas decisões de investimento e juntamente com ela as unidades de peças, motores e componentes eletrônicos instalados na mesma planta industrial. A autora ainda ressalta que essas empresas de capital estrangeiro têm: “um papel fundamental ao declarar a manutenção dos seus projetos de investimento nos períodos mais incertos de 1998, comprovando a formulação por parte das empresas de suas estratégias de longo prazo, independentemente da conjuntura macroeconômica”.

O gráfico 1 mostra os dados de valor adicionado à indústria do Paraná num período compreendido entre 1985 e 2001, onde pode ser visto claramente o aumento do valor adicionado após a vinda das montadoras. Isso significa que o IDE investido na concepção do pólo automobilístico foi de fundamental importância para a reestruturação da indústria no Estado.

GRÁFICO 1 – ÍNDICES DE VOLUME DO VALOR ADICIONADO (VA) E DE VENDAS DA INDÚSTRIA – PARANÁ- 1985 – 2001



FONTE: NOJIMA, D. Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.103, p. 28, jul./dez. 2002

Uma mudança significativa foi o objetivo dessa industrialização ter dado certo como mostra a citação abaixo de LOURENÇO (2003):

Além disso, de maneira indireta, o complexo automotivo já vem provocando a multiplicação de um conjunto de oportunidades de negócios associadas aos ramos imobiliário, hoteleiro, construção civil, alimentação, além de outros serviços. Nesse ponto, é interessante levar em conta não apenas os impactos dos empregos diretos e indiretos gerados pelo parque, mas também as ocupações proporcionadas pelo efeito-renda, traduzido pelo consumo privado dos salários pagos pelas montadoras, fornecedores e prestadores de serviços

Os primeiros frutos dessa retomada da industrialização no Paraná, segundo MEINERS (1998), “são sentidos na construção civil e no mercado imobiliário, tanto pela valorização de lotes em regiões próximas às novas empresas como pela demanda de residências para executivos.”

O Quadro 2 mostra os estados com maiores níveis de investimento entre 1996-1998. O Paraná tem seu destaque no ano de 1997 onde ocupou a segunda

posição no ranking dos estados brasileiros com mais investimentos. Isso está diretamente ligado aos IDE atraídos, com a instalação do pólo automobilístico na região Metropolitana do Estado.

QUADRO 2 – ESTADOS COM OS MAIORES NÍVEIS DE ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS EM 1996, 1997 E 1998.

1996	1997	1998
Minas Gerais	São Paulo	Rio de Janeiro
Santa Catarina	Paraná	Ceará
Pará, Rondônia, Acre e Tocantins	Rio Grande do Sul	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Espírito Santo	Bahia	Goiás e Distrito Federal
Pernambuco	Amazonas	
Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte		

FONTE: Rodrigues (2002) vide referências

Para ARBIX (2002, pág.123) “realçamos o volume de recursos públicos envolvidos e a incerteza de retorno para o setor público dessas inversões seja no médio ou no longo prazo, teremos um quadro nada otimista sobre os impactos dessa onda de IDE’s no desenvolvimento das regiões menos industrializadas e para o país como um todo.”

Essa afirmação coloca em questão o papel dos incentivos fiscais e dos IDE’s no processo de industrialização do Paraná. Tendo em vista, a geração de renda, de empregos e de produção que as multinacionais trazem para o Estado é possível afirmar que os IDE tiveram e tem papel fundamental na economia paranaense.

Porém a contestação apresentada por APPY (1987, pág.96) defende a presença dos IDE no Brasil:

Fala-se muito nas remessas de lucros, no pagamento de royalties efetuados pelo capital estrangeiro, mas muito menos naquilo que o referido capital deixa no Brasil. Já consideramos a sua contribuição no caso da transferência de tecnologia, da elevação dos níveis salariais. Trata-se realmente de uma dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro, mas temos de reconhecer que é um tipo de dependência bastante agradável.

Na tabela 11 podem ser vistas as intenções de investimento por estados,.

Primeiro destacamos a desconcentração dos investimentos do Estado de São Paulo, durante a década de 90 segundo os dados, os investimentos no estado caem de US\$ 23.681 milhões no ano de 1996 para US\$ 19.418 milhões no ano de 1999. Isso comprova a afirmação de desconcentração. Segundo pode-se observar o estado do Paraná em 5º lugar na tabela, mostrando o grande salto dos seus investimentos de US\$ 5.119 milhões em 1996 para US\$ 13.116 milhões no ano seguinte. Vale ressaltar que é justamente o ano de instalação da Renault e anúncio da formação do pólo automobilístico advindo dos IDE. Segundo RODRIGUES (2000) esse crescimento de intenções de investimento no Estado do Paraná, mostra o esforço do governo estadual em buscar o desenvolvimento econômico do estado. Ainda segundo a autora:

O Paraná fez um esforço enorme para atrair empresas em 1996 e 1997, porém não conseguiu manter o mesmo nível nos anos seguintes. Em 1997 ocorreram anúncios significativos no setor mecânico: BMW/Chrysler (fábrica de motores), Chrysler (fábrica de picapes), associação Volks/Audi, Volvo (fábrica de caminhões) e Grupo Multibrás (fábrica de eletrodomésticos). Em 1999 ainda ocorreram novos anúncios nos setores mecânico (Renault e Volkswagen, em novas fábricas) e de autopeças (Volvo, para unidade de usinagem de motores, Sofedit e Iracome), porém em escala bem inferior, mas com o mérito de aumentar a produção de insumos da cadeia do setor mecânico. Lamentavelmente, talvez tenha perdido o melhor momento para promover a desconcentração produtiva, pois praticamente todos os grandes empreendimentos foram implantados na região metropolitana de Curitiba.

TABELA 11 – INTENÇÕES DE INVESTIMENTO, SEGUNDO ESTADOS, ANUNCIADAS EM 1996-1999

ESTADOS	ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS (US\$ MILHÕES)				TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1996	1997	1998	1999	1997/96	1998/97	1999/98
São Paulo	23.681	24.534	19.154	19.418	3,6	-21,9	1,4
Rio de Janeiro	7.407	10.650	12.915	10.319	43,8	21,3	-20,1
Minas Gerais	12.935	11.451	8.583	6.088	-11,5	-25	-29,1
Bahia	3.858	7.270	5.791	4.883	88,4	-20,3	-15,7
Paraná	5.119	13.116	4.092	4.751	164	-68,8	16,1
Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins	3.099	219	214	3.506	-92,9	-2,2	1.538,30
Rio Grande do Sul	5.164	8.420	7.930	2.188	63,1	-5,8	-72,4
Ceará	1.915	2.382	3.702	2.067	24,4	55,4	-44,2
Espírito Santo	2.770	845	1.734	1.970	-69,5	105,2	13,6
Santa Catarina	4.104	768	662	869	-81,3	-13,8	31,3
Pernambuco	1.948	440	1.160	824	-77,4	163,6	-29
Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte	1.510	569	903	792	-62,3	58,7	-12,3
Goiás e Distrito Federal	1.061	1.037	1.791	698	-2,2	72,7	-61
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	1.231	915	1.961	624	-25,7	114,3	-68,2
Amazonas	1.319	2.125	424	446	61,1	-80	5,2
Vários (Simultâneos)	24.109	27.969	22.464	44.529	16,1	-19,7	98,2
Não-Definidos	8.643	9.649	13.497	12.583	11,6	39,9	-7
Total (sem São Paulo)	50.957	60.207	52.262	40.025	18,1	-13,2	-17,1
TOTAL	107.390	122.359	107.377	116.555	13,9	-12,2	8,5

FONTE: RODRIGUES, D. A. Os investimentos no Brasil nos anos 90: Cenários Setorial e Regional. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 126, jun. 2000

5 CONCLUSÃO

Os IDE's atraídos para o Paraná, principalmente na década de 90 foram responsáveis pelo processo reestruturação da indústria do estado. Durante essas duas décadas os governos do Estado e municípios se esforçaram ao máximo ao construir infra-estrutura necessária criando condições favoráveis aos IDE. A importância dos IDE's nesse processo está diretamente ligada à formação do pólo automobilístico localizado na Região Metropolitana de Curitiba.

À luz das teorias e principalmente do Paradigma Eclético de Dunning vimos que o Estado possuía vantagens de localização que o favoreceram na batalha pela vinda dos IDE's. O potencial do Estado atraiu essas indústrias por fatores já citados anteriormente.

Pode-se citar que o Estado possuiu além das vantagens de localização o seu unique asset ou ativo específico que foi fundamental para a atração das indústrias: os incentivos fiscais. A relação custo/benefício desses incentivos não coube ser medida nesse trabalho tendo em vista sua dimensão.

A chegada dessas empresas geraram crescimento e desenvolvimento do estado em várias áreas como tecnológica e científica e também de setores que pouco tem a ver com o setor automobilístico como laticínios, bebidas, café, tecidos, embalagens, madeira e papel.

Isso vem provar mais uma vez que a atração de investimentos para um setor acaba por influenciar outros através dos efeitos renda e movimentam a economia de um estado como ocorreu no Paraná na década de 90.

O Paraná é hoje um estado que não perdeu suas características agrícolas e nem perderá devido a produção de soja, às cooperativas e também à agro-indústria. Porém é também um estado desenvolvido industrialmente, tendo uma participação no

PIB do Brasil de 6,07% em 1997².

O Paraná teve várias mudanças na década de 90 e isso pode ser comprovado neste trabalho e relacionado com os IDE's atraídos para a região. Esses IDE's foram responsáveis por todos esses benefícios citados durante o trabalho.

Apesar de sua estrutura produtiva baseada na agroindústria é nos anos 90 que os IDE's aparecem de modo mais significativo e concentrado no setor automobilístico. A vinda das montadoras Renault, Chrysler e Volkswagen/Audi, vem confirmar a tendência dos IDE's, ocorrida no Brasil, de se desconcentrar do eixo Rio- São Paulo.

Considerando que as maiores indústrias do estado são multinacionais estrangeiras, pode-se afirmar que o Estado teve sua formação na década de 90 baseada nos Investimentos Diretos Estrangeiros. Além disso, a formação do pólo automobilístico e os inúmeros investimentos advindos com as montadoras vêm destacar o Paraná na recepção de IDE's em um país que já os recebe há muito tempo, porém de forma concentrada.

A partir da década de 90 a mudança da estrutura produtiva do estado confirma a hipótese de relativa importância dos IDE no Estado apresentando o aumento do PIB e o aumento do Valor Adicionado da Indústria. E principalmente o aumento do Estoque de IDE's (visto na seção 4.4.1). Esses acréscimos foram fruto da retomada da industrialização causada pelos IDE's.

² Dado disponível no site: <http://www.fayet.com.br/2001pibparana.htm>

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPY, R. **Capital estrangeiro e Brasil (um dossiê)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1987.

ARBIX, G. **Políticas do desperdício e assimetria entre o público e privado na indústria automobilística**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS. v.17, n.48, p. 109-129, fev-2002

AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista (Estudo sobre a CODEPAR)** São Paulo: Símbolo, 1978

BIELSCHOWSKY, R. **Empresas transnacionais no setor industrial (início dos anos 90)**. In: BIELSCHOWSKY, R. (coord.). Investimento e reformas no Brasil – Indústria e infraestrutura nos anos 90. Brasília: Ipea/Cepal. Escritório no Brasil, 2002. p. 163-200

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CASTRO, D. **A política de incentivos fiscais no Paraná**. In: FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Guerra fiscal no Brasil: três estudos de caso: Minas Geras, Rio de Janeiro e Paraná. São Paulo: FUNDAP:FAPESP, 1999. P. 106-140.

CURADO, M. L. **Investimento Estrangeiro Direto e Industrialização no Brasil**. Curitiba. 1997. 258 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

CUNHA, S. K. da. **O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial no Paraná**. Revista de Economia, Curitiba: UFPR, v. 21 n. 19, p. 101-135, 1995

GONÇALVES, J. E. P. **Empresas estrangeiras e transbordamentos de produtividade na indústria brasileira: 1997 – 2000**. Campinas, 2003. 111 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - UNICAMP

HYMER, S. **Empresas Multinacionais: A internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

IPARDES **Competitividade da indústria paranaense: uma análise setorial**. Curitiba: IPARDES, 1994

KRUGMAN, P. R. ; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 5.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001

LACERDA, A. C. de **Globalização e Investimento estrangeiro no Brasil – 2 ed**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAPLANE, M. F.; SARTI, F. **O investimeno direto estrangeiro no Brasil nos anos 90: determinantes e estratégias**. In: CHUDNOVSKY, D. (org.). **Investimentos externos no Mercosul**. Campinas: Papirus / Unicamp, 1999. p. 197-299.

LOURENÇO, G. M. **Resumo das Potencialidades do Paraná na atração de novas indústrias**. Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.16, n.7/8, p. 9-10, jul/ago 1994.

LOURENÇO, G. M. **Atração de empresas e concentração industrial no Paraná.** Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.18, n.11/12, p. 3-10, nov./dez 1996.

LOURENÇO, G. M. **Natureza e características do parque automotivo da região Metropolitana de Curitiba.** Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.19, n.3/4, p. 5-10, mar/abr.1997.

LOURENÇO, G. M. **Guerra fiscal e industrialização do Paraná.** Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.20, n.1/2, p. 3-4, jan/fev.1998.

LOURENÇO, G. M. **A Renault e o Paraná Industrial.** Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.20, n.11/12, p. 6-9, nov/dez.1998.

LOURENÇO, G. M. **A Economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação.** Curitiba: Ed. Do Autor, 2000.

LOURENÇO, G. M. **A Economia paranaense em tempos de globalização.** Curitiba: Ed. Do Autor, 2003.

MACEDO, M. de M.; MEINERS, W. E. M. de A.; VIEIRA, F. V. **Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: referências sobre a emergência de um novo modelo de desenvolvimento da economia paranaense.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, 2002 n.103, jul/dez

MEINERS, W. E. M. de A. **Impactos regionais dos Investimentos Automobilísticos no Paraná.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, 1998 n.94 maio/dez

NEGRI, Fernanda De **Desempenho Comercial das Empresas Estrangeiras no Brasil na década de 90.** Campinas, 2004. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - UNICAMP

NOJIMA, D. **A conformação do um parque automobilístico no Paraná.** Revista Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.18, n.9/10, p. 6-8, set/out, 1996.

NOJIMA, D. **Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.103, p. 28, jul./dez. 2002

OLIVEIRA, D. de **Urbanização e Industrialização no Paraná.** Curitiba:SEED, 2001.

ONU. **World Investment Report 1998: Trends and Determinants.** Genebra: ONU, 1998.

RODRIGUES, D. A. **A distribuição setorial e estadual dos novos investimentos no Brasil: 1996/1998.** BNDES, 2002.

RODRIGUES, D. A. **Os investimentos no Brasil nos anos 90: Cenários Setorial e Regional.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 126, jun. 2000

RODRIGUES, D. A. ; MELO L. P. A. **Uma análise dos anúncios de investimentos em 2000: Aspectos Setoriais e regionais.** BNDES, 2001.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 2002.

Documentos eletrônicos:

ACIOLY, Luciana (2004). **Políticas para o investimentos direto externo**

Disponível em:

<http://www.desafios.org.br/index.php?Edicao=4&pagina=artigos&idArtigo=22>

Acesso em: 25.11.2004

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal.

Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilEmirados/ideBraEmi.htm>>

Acesso em: 20 nov. 2004